

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA FÍSICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E DO PLANO DE ARTICULAÇÃO LOCAL DO PARQUE ESTADUAL DE MIRADOR

1. OBJETIVO

Contratação de consultoria pessoa física, no âmbito do Programa Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas e Áreas Protegidas nos Biomas Amazônia e Cerrado - Copaíbas, para elaboração do Plano de Comunicação e do Plano de Articulação Local do Parque Estadual de Mirador, localizado no estado do Maranhão.

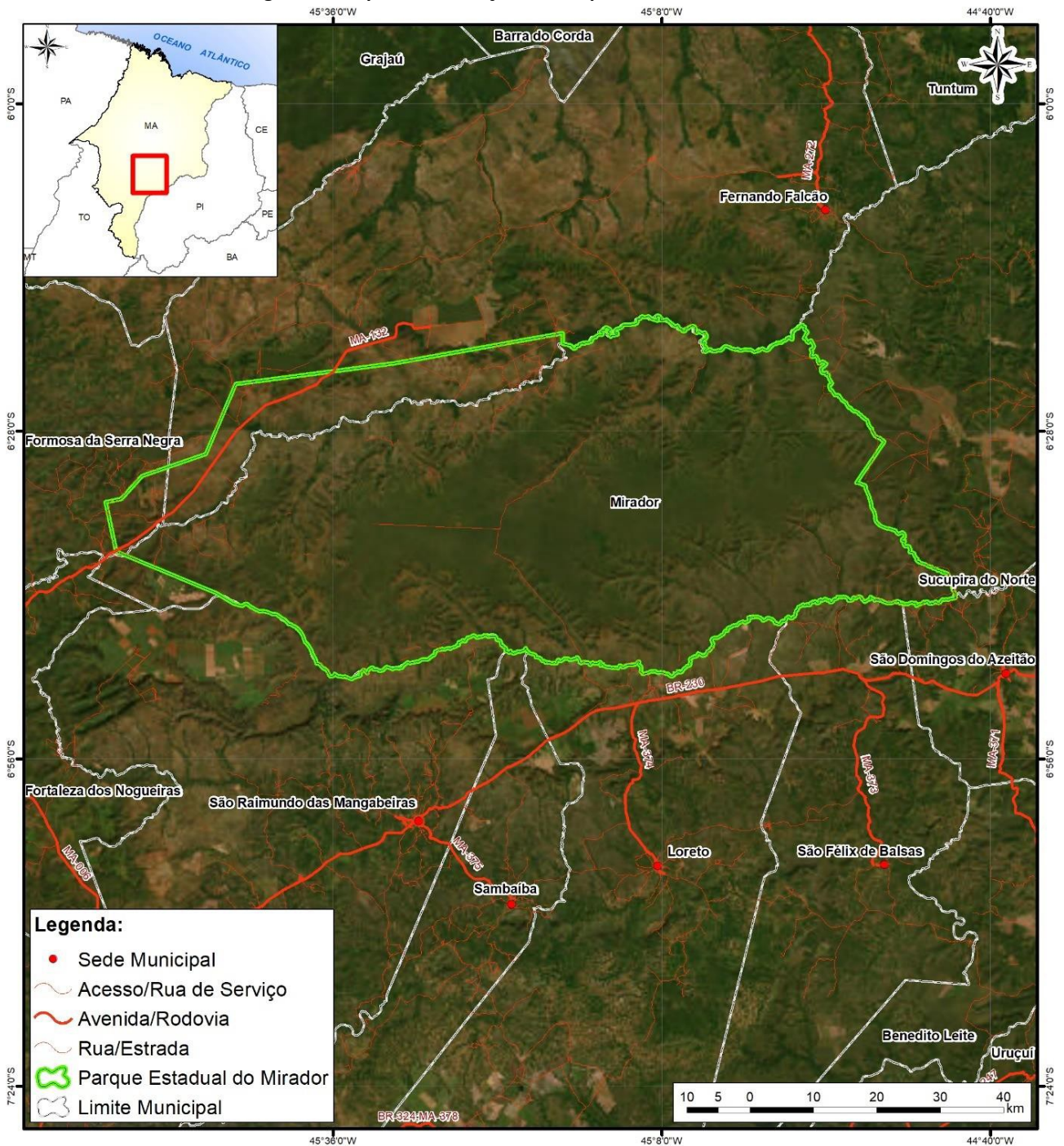
2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Programa Copaíbas se trata de uma iniciativa de conservação ambiental, implementada com a contribuição financeira da *Norwegian Agency for Development Cooperations* - NORAD (Agência Norueguesa para Desenvolvimento e Cooperções), por meio do *Norwegian Ministry of Foreign Affairs* - MFA (Ministério das Relações Exteriores da Noruega), com gestão pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio. O objetivo geral do Programa é contribuir para a redução da taxa de desmatamento e a consequente emissão de Gases de Efeito Estufa por meio de estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e Cerrado, contribuindo também para melhorar as condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas.

O Funbio atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Programa, adquirindo bens e contratando serviços. Em 2021, assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2021 com o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, visando a implementação da iniciativa no Parque Estadual de Mirador, de modo a contribuir com a implementação e aumento da efetividade da Unidade de Conservação (UC), assim como com o alcance de metas nacionais de biodiversidade dispostas na Resolução CONABIO nº 06, de 03 de setembro de 2013.

O Parque Estadual de Mirador é uma unidade de conservação de Proteção Integral criada através do Decreto Estadual nº 7.641, de 04 de junho de 1980, o qual foi posteriormente alterado pela Lei Estadual nº 8.958, de 8 de maio de 2009. Abrange os municípios de Mirador, Fernando Falcão e Formosa da Serra negra, totalizando uma área de aproximadamente 500.842,62 hectares (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual de Mirador.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual de Mirador (2024).

O Parque possui diversas estradas vicinais de acesso, em sua maioria compostas de areia e piçarra, nas quais os deslocamentos são possíveis com a utilização de veículos com tração 4x4. As estradas interligam seis postos de apoio construídos em alvenaria, localizados em pontos estratégicos no perímetro da UC, sendo eles: Posto do Zé Miguel (região sul-sudoeste), Posto dos Mosquitos (região nordeste), Posto da Aldeia (região sudeste), Posto dos Cágados (região sul-sudeste), Posto do Mel (região sul-sudeste) e Posto da Geraldina (região oeste). Tais postos são utilizados como pontos de apoio para atividades de gestão, reuniões, recepção e alojamento de pesquisadores, parceiros e outros visitantes da UC.

Especificamente em relação ao Cerrado, dados do CNUC correspondentes ao primeiro semestre de 2024 indicam que o Parque Estadual de Mirador é a maior área de proteção integral desse bioma no estado do Maranhão e a terceira maior no Brasil. Trata-se de uma UC que se destaca não somente pela proteção de diversas espécies da fauna e flora do bioma, mas também dos recursos hídricos existentes nos seus limites, em especial o Rio Itapecuru e o seu principal afluente, o Rio Alpercatas. O Rio Itapecuru é uma das melhores e mais viáveis fontes de água de boa qualidade para o consumo e abastecimento de diversos municípios do Maranhão, incluindo a capital São Luís.

No tocante ao meio biótico, destacam-se na sua vegetação o pequi (*Caryocar coriaceum* Wittm.), a fava-d'anta (*Dimorphandra gardneriana* Tul.), a macaubeira (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.), o barbatimão (*Gwilymia coriacea* (Benth.) A.G.Lima et al.), o ipê-amarelo (*Handroanthus ochraceus* (Cham.) Mattos e *H. serratifolius* (Vahl) S.Grose), dentre outras. Ao longo dos rios, observa-se a ocorrência de vegetação típica de veredas, constituída, sobretudo, de palmeiras, como o buriti (BARRETO; JESUS, 2018). Referente à fauna, a UC se destaca como um *hotspot* para felinos nas Américas, por registrar a ocorrência de sete espécies de felinos brasileiros: gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi* – VU), gato-palheiro-brasileiro (*Leopardus braccatus* – VU), gato-maracajá-verdadeiro (*Leopardus pardalis*), gato-domato/pintadinho (*Leopardus tigrinus* – EN), gato-peludo (*Leopardus wiedii* – VU), onça-pintada (*Panthera onca* – VU) e onça-vermelha (*Puma concolor*).

Em relação ao uso e ocupação do interior da UC, levantamentos realizados no ano de 2017 pela SEMA identificaram a presença de aproximadamente 74 comunidades, das quais 57 encontravam-se ocupadas por cerca de 212 famílias, as quais possuem baixo grau de escolaridade e renda, vivendo da atividade de agricultura familiar e da criação de animais domésticos, tais como porcos, aves, gado bovino, dentre outros. No entorno da unidade há a presença de grandes empreendimentos voltados ao plantio de grãos (tais como soja, milho e milho) e cana de açúcar, além da atividade de pecuária, os quais possuem significativa importância para a economia da região.

Referente à gestão participativa, a unidade possui o Conselho Consultivo do Parque Estadual de Mirador - CONPEM, criado por meio da Portaria SEMA nº 025, de 18 de janeiro de 2023. O Colegiado é composto por 24 representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, incluindo instituições de pesquisa e defesa agropecuária, agricultura familiar, educação, direitos humanos, meio ambiente, religião, sindicatos rurais, defesa indígena e moradores residentes no Parque.

Ao longo da sua existência, o Parque vem sofrendo diversos impactos ambientais, decorrentes, em sua maioria, do desmatamento, queimadas, tráfico de animais silvestres e ocupações irregulares, ameaçando a conservação da biodiversidade na área. Tais conflitos se elevam devido à UC estar situada numa região de expansão da fronteira agrícola no Maranhão, denominada MATOPIBA, onde são encontradas extensas monoculturas voltadas à produção de grãos (tais como soja, milho e milho), além da pecuária, com destaque para a criação de bovinos de corte, em caráter extensivo.

Diante desse cenário, torna-se crucial a implementação de um Plano de Comunicação e de um Plano de Articulação Local para a unidade de conservação, uma vez que esses instrumentos desempenham papéis estratégicos na conservação da área, através do engajamento e integração de diversos atores em atividades de proteção, da construção de relacionamentos positivos, do alinhamento dos objetivos da UC com os interesses e expectativas dos diferentes grupos envolvidos, mitigação de conflitos, além de promover a transparência nas ações de gestão do Parque.

3. ESCOPO DO TRABALHO

A elaboração do Plano de Comunicação e do Plano de Articulação Local do Parque Estadual de Mirador consistirá na entrega dos seguintes produtos:

Produto 1 – Plano de Trabalho

Inicialmente, o consultor participará de reunião virtual organizada pela SEMA, com duração máxima de 03 (três) horas, com o objetivo de realizar a apresentação das pessoas envolvidas na execução e no acompanhamento do contrato, bem como discussão do Plano de Trabalho.

Após a reunião, o consultor elaborará o Plano de Trabalho, que deverá conter de forma detalhada a estratégia de execução dos trabalhos previstos neste TdR. O documento será composto, minimamente, pela descrição do desenvolvimento de cada etapa, incluindo atividades, tarefas, metodologias, recursos necessários, responsáveis e os resultados esperados.

O Plano de Trabalho deverá incluir um cronograma de execução dos produtos, refletindo os prazos indicados no contrato a ser firmado com o Funbio.

Produto 2 – Diagnóstico de comunicação e articulação

Nesta etapa, o consultor deverá desenvolver um conjunto de atividades que permitam obter informações relacionados à temática de comunicação e articulação na região da UC, incluindo contatos com o órgão gestor da área e outros atores do território, o levantamento de dados secundários e consultas a outras fontes de informação, de modo a traçar um diagnóstico de comunicação e articulação para a unidade. Para isso, todas as atividades deverão ser realizadas de forma remota, através de ferramentas tecnológicas, sob a responsabilidade do consultor, sem a necessidade de incursões a campo.

Para a obtenção de informações, o consultor poderá realizar a aplicação de questionários, entrevistas, consultas e outras metodologias, desde que seja possível realizar a identificação dos atores, o histórico, níveis de influência no território, as expectativas e as percepções destes em relação à UC, canais e ações de comunicação existentes, potenciais multiplicadores de informações, dentre outros elementos relevantes.

O órgão gestor da UC será responsável por repassar ao consultor uma lista de contatos dos principais atores da região com os quais mantém algum nível de relacionamento, para início da obtenção de informações. Prevê-se a realização de contatos com aproximadamente 30 atores.

O diagnóstico será elaborado considerando os atores do Poder Público e da Sociedade Civil, seja a nível local, estadual ou nacional, com especial atenção às comunidades tradicionais residentes na unidade. O documento deverá indicar o status de funcionamento da comunicação e articulação na UC, as possíveis lacunas, problemas e oportunidades existentes, incluindo também aspectos relacionados à participação de mulheres nesse contexto.

Entende-se como Poder Público órgãos e entidades da administração federal, estadual ou municipal relacionados à pesquisa científica, educação, cultura, turismo, povos indígenas, defesa dos direitos humanos, atividade agropecuária, gestão de terras, segurança pública, meio ambiente, dentre outros. Como Sociedade Civil, entende-se as organizações não-governamentais, sindicatos, associações, cooperativas, a população residente e do entorno, povos e comunidade tradicionais, setor privado e outros.

Produto 3 – Plano de Comunicação e Plano de Articulação Local

A partir dos resultados do diagnóstico, o consultor elaborará o Plano de Comunicação e o Plano de Articulação Local da UC, documentos que nortearão as ações do órgão gestor em relação a essas duas temáticas.

O Plano de Comunicação deverá descrever o que comunicar, para quem comunicar e como comunicar em relação à UC, considerando seus objetivos, importância, limites, atrativos, regimentos, ações, a figura do órgão gestor, atores locais, além de outros tópicos relevantes.

O documento deverá ser estruturado com um conjunto de objetivos, ações, metas, estratégias e cronograma de execução, que podem ser planejados por eixos temáticos e públicos-alvo específicos. Deverão ainda ser definidos indicadores que possam aferir o grau de alcance dos resultados previstos e a efetividade das ações, e que reflitam a realidade da UC e do território, de forma a medir aquilo que se pretende alcançar.

O Plano de Comunicação deverá possuir um calendário anual de ações que contemple atividades simbólicas, importantes a nível local e que mereçam ser executadas de forma recorrente, independentemente das ações que devam ser desenvolvidas a médio ou longo prazo.

Referente ao Plano de Articulação Local, o documento deverá ser composto por um rol de informações de atores estratégicos para a implementação do Plano de Comunicação e para o atendimento de outras necessidades identificadas para a UC, servindo como uma ferramenta orientadora de articulação de ações, estabelecimento e fortalecimento de parcerias, divulgação de informações, captação de recursos, entre outros.

O Plano de Articulação Local deverá conter minimamente os nomes dos atores (organizações governamentais e não-governamentais, instituições privadas etc.), suas áreas de atuação, localização, canais de comunicação que possuem e de que forma podem contribuir com as ações da UC. Além disso, o plano deve dispor de uma matriz de identificação do nível de poder, nível de interesse e tipo de interesse de cada ator, de modo a estabelecer as relações entre Poder e Interesse e entre Poder e Tipo de Interesse, assim como exemplificado na matriz constante no Anexo I deste TdR.

O Plano de Comunicação e o Plano de Articulação Local precisam ser práticos, de fácil atualização e operação, estando ajustados aos objetivos e necessidades da UC, além de abordarem iniciativas voltadas ao fortalecimento de comunidades tradicionais e à participação de mulheres.

É importante que o consultor compreenda junto à gestão da UC quais são as mensagens mais importantes que a UC deseja transmitir à sociedade e como esta transmissão deve ser feita.

A forma de apresentação das informações dos documentos deverá ser alinhada previamente em reunião virtual organizada pela SEMA, com duração máxima de 03 (três) horas.

5. CRONOGRAMA E PAGAMENTO

Os serviços previstos neste TdR deverão ser concluídos no prazo de 150 dias, contados da data da assinatura do contrato, com pagamentos vinculados à entrega e aprovação de cada produto, conforme constante no quadro a seguir:

Produtos	Prazo de entrega (em dias corridos após a assinatura do contrato)	% do valor do contrato
1 - Plano de Trabalho	30	0%
2 - Diagnóstico de comunicação e articulação	90	40%
3 - Plano de Comunicação e Plano de Articulação Local	150	60%

O contrato terá duração de 225 dias corridos e será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, com recursos do Programa Copaíbas.

O órgão gestor da UC terá até 15 dias corridos para a avaliação das versões preliminares de cada produto, que deverão ser corrigidas pelo consultor até que a versão final esteja apta para aprovação.

O consultor deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br, com cópia para copaibas@funbio.org.br), devidamente aprovados pelo órgão gestor da UC.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, pelo Funbio, do Termo de Recebimento e Aceite - TRA de cada produto. O TRA se trata de um documento emitido pela unidade de conservação beneficiária, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados e de acordo com a gramática vigente.

A formatação dos documentos deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pelo órgão gestor da UC.

Cada produto deverá ser entregue em sua versão preliminar para avaliação pelos responsáveis técnicos desta contratação, contendo marca d'água que indique esse status. Posteriormente, estando o produto devidamente corrigido, o consultor deverá enviar sua versão final para aprovação. Todas as versões dos produtos deverão ser entregues em formatos docx e pdf (quando se tratar de arquivos de texto), xlsx (quando se tratar de planilhas) e pptx (quando se tratar de apresentações).

A entrega dos produtos deverá ocorrer por e-mail. Se necessário, em virtude do tamanho dos documentos, as entregas poderão ser efetuadas em serviços de armazenamento em nuvem, como o *Google Drive* e o *WeTransfer*, sob responsabilidade do consultor. Também deverão ser entregues os arquivos de apoio utilizados na elaboração dos produtos, tais como mapas, imagens de satélite, dados vetoriais, textos, tabelas e planilhas, croquis e desenhos, fotos, vídeos, dados secundários etc.

Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara nos documentos, de forma que os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições.

Não será necessário imprimir os produtos.

7. INSUMOS NECESSÁRIOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao consultor dispor de meios próprios para a elaboração e entrega dos produtos previstos, tais como espaço físico, computador/notebook, telefone, e-mail, sistema de videoconferência, suíte de escritório, acesso à internet e serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem.

Caberá ao órgão gestor da UC organizar as reuniões virtuais com o consultor, repassar os contatos de atores que possuem relação com a UC e outras informações de que disponha, além de avaliar os produtos, requisitar correções e aprovar as entregas.

8. QUALIFICAÇÃO

Os serviços descritos neste TdR serão desempenhados por pessoa física com formação de nível superior, categoria pleno (entre 5 e 10 anos de formação e experiência na área), que será avaliada de forma quantitativa e qualitativa com base nos seguintes critérios:

- a) Formação na área de Jornalismo, Marketing, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas ou área afim, incluindo graduação, pós-graduação e outros cursos relacionados à área de comunicação.
- b) Experiência com a elaboração de planos e execução de atividades relacionadas à comunicação ou articulação em Unidades de Conservação. Alternativamente, serão aceitos outros planos e atividades de comunicação ou articulação na área ambiental, que, no entanto, receberão pontuação menor que aquelas relacionadas com Unidades de Conservação.
- c) Experiência com iniciativas de comunicação relacionadas a comunidades tradicionais ou envolvimento de mulheres.

A formação exigida no critério “a” possui caráter eliminatório. Profissionais que não apresentarem minimamente uma das graduações indicadas serão eliminados.

A qualificação e a experiência do consultor deverão ser comprovadas por meio da apresentação de currículo, diplomas de graduação e pós-graduação, certificados, relatórios, atestados de capacidade técnica ou documentos similares.

O currículo deverá ser elaborado especificamente para esta contratação, **não devendo ser apresentado em formato lattes nem possuir mais de 5 páginas**. O descumprimento dessas instruções poderá levar à eliminação do proponente.

Durante a avaliação do consultor, serão consideradas apenas as qualificações relevantes para os serviços exigidos neste TdR, de acordo com as comprovações enviadas ao Funbio.

No Anexo II deste TdR encontra-se disponível um modelo de currículo sugerido para apresentação.

9. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo consultor caberá ao órgão gestor da UC, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas, além de acompanhar e participar, quando pertinente, de todas as etapas desta contratação.

Quaisquer modificações no escopo do trabalho ou nos prazos de entrega deverão ser previamente aprovadas pelo órgão gestor da UC, assim como devem passar pela anuência do Funbio enquanto Contratante.

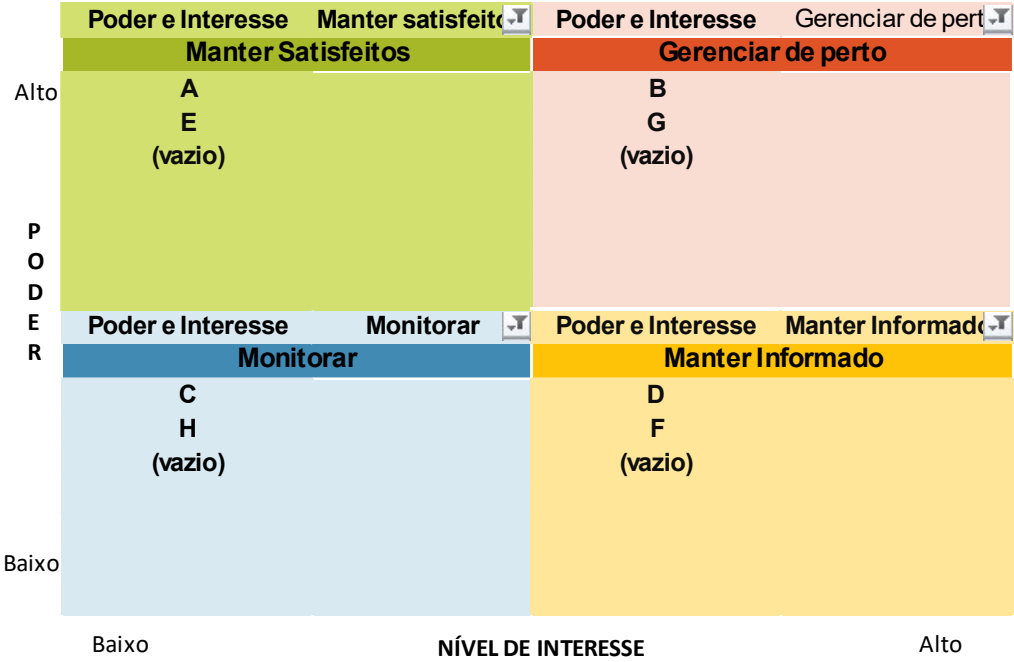
Os servidores indicados serão responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato referente aos serviços especificados neste TdR, bem como pelo preenchimento dos TRAs (Termos de Recebimento e Aceite) e interlocução com o Funbio.

ANEXO I

Matriz de relações entre Poder e Interesse e entre Poder e Tipo de Interesse

Atores	Poder e Interesse								Nível de engajamento		Ações de Engajamento		
Instituição / Nome	Forças	Fraquezas	Descrição dos interesses	Nível do Poder	Nível do Interesse	Tipo de Interesse	Poder e Interesse	Poder e Tipo de Interesse	Atual	Desejado	O que	Quem	Quando
A				Alto	Baixo	A favor	Manter satisfeito	Aliado					
B				Alto	Alto	Contra	Gerenciar de perto	Bloqueador					
C				Baixo	Baixo	A favor	Monitorar	Rede					
D				Baixo	Alto	Contra	Manter Informado	Desacelerador					
E				Alto	Baixo	A favor	Manter satisfeito	Aliado					
F				Baixo	Alto	A favor	Manter Informado	Rede					
G				Alto	Alto	Contra	Gerenciar de perto	Bloqueador					
H				Baixo	Baixo	A favor	Monitorar	Rede					

Poder e Nível de Interesse



Poder e Tipo de Interesse

